

ATO E CANTO PELA VIDA

MANIFESTO DO DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

O 28 de abril foi instituído pelo movimento internacional de trabalhadores em memória de 78 mortes causadas por uma explosão em mina nos Estados Unidos, em 1968.

A saúde e segurança no trabalho são direitos humanos fundamentais, reconhecidos internacionalmente. Ainda assim, no Brasil, a cada três horas um trabalhador ou trabalhadora perde a vida em acidentes evitáveis, segundo dados oficiais subestimados.

Entre 2013 e 2024, foram 7.666.414 acidentes do trabalho registrados, com 31.381 mortes e 1.665.597 afastamentos com mais de 15 dias, de acordo com a Previdência Social. Esses números não incluem trabalhadores informais, frequentemente expostos a condições mais precárias e cujas mortes permanecem invisíveis. Muitos ainda são injustamente responsabilizados por seus próprios acidentes ou adoecimentos.

Essas ocorrências não são acidentais, mas resultado de um modelo produtivo que prioriza o lucro em detrimento da vida, gerando dor e impacto profundo nas famílias dos trabalhadores, além de consequências sociais e econômicas para toda a sociedade.

A invisibilidade dos acidentes e doenças atende a interesses econômicos dos detentores do capital, sustentada pela ocultação de informações e pela fragilização de políticas públicas, agravada após a reforma trabalhista de 2017 e a pandemia de Covid-19. Nesse contexto, cresce também o adoecimento mental. De 2019 a 2024, houve crescimento de 104% na concessão total de benefícios previdenciários relacionados a questões de saúde mental. Em 2024, foram concedidos cerca de 480 mil benefícios por transtornos mentais, mas apenas 2% reconhecidos como relacionados ao trabalho. Dados preliminares apontam 546.254 benefícios por esse tipo de transtorno em 2025.

Há que se de dar um basta a essa situação!

Desde 2024, diversas entidades têm se reunido na Praça Vladimir Herzog em defesa da saúde dos trabalhadores e do fortalecimento das políticas públicas, especialmente do SUS (Sistema Único de Saúde), do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundacentro.

A mobilização segue na construção de um sistema efetivo de saúde e segurança no trabalho, com participação social e medidas como: integração entre políticas governamentais, fortalecimento da fiscalização, valorização do serviço público, garantia de direitos previdenciários, redução da jornada de trabalho, ampliação da transparência, fortalecimento

das Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio), dos Cerests (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador) e da formação de profissionais comprometidos com os interesses coletivos. Dessa forma, defendemos:

- Reduzir a jornada semanal, sem redução de salário, fim da escala 6x1 e ampliação dos períodos de descanso, com o objetivo de fortalecer a eficácia dos acordos e convenções coletivas, bem como de combater a adoção de escalas exaustivas, e apoio a projetos de lei e propostas de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que visem essas mudanças;
- Democratizar os ambientes de trabalho e fortalecer as Cipas, garantindo-se ampla liberdade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos seus locais de trabalho e dando voz efetiva à identificação de fatores de risco, inclusive psicossociais, garantindo a efetivação imediata da NR-1 (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), a partir de 26 de maio de 2026, e outras medidas concretas para eliminação desses riscos e promoção da saúde e segurança nos ambientes de trabalho;
- Avançar na proposta de construção de um Programa de Governo em âmbito federal para dar efetiva integração entre os diferentes ministérios, em especial o da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, do Meio Ambiente, dos Direitos Humanos, das Mulheres, da Igualdade Racial e do Desenvolvimento e Assistência Social, com o núcleo central do Governo Federal assumindo a luta pela saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras como política de Estado prioritária. O Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com essas características foi aprovado na V Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em 2025;
- Mais participação e controle social dos trabalhadores e usuários nos organismos de governo que tratam das questões relativas à segurança e saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- Buscar a integração da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) e Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), e a restauração da participação social, revogada pelo governo anterior, do Decreto 7.602/11 (PNSST);
- Democratizar o processo de registro de condições de trabalho, acidentes e doenças, garantindo o direito de notificação e reconhecimento a qualquer cidadão, seja trabalhador formal, trabalhador informal ou em situação de trabalho análogo à escravidão;
- Fortalecer o SUS e sua atuação em Saúde do Trabalhador bem como os Cerests, que devem atuar em Vigilância, Assistência, Formação e Notificação;
- Fortalecer a auditoria fiscal do trabalho em sinergia com demais atores sociais, como sindicatos, centrais sindicais, Sistema Único de Saúde (SUS), Ministério Público do Trabalho (MPT), Tribunais

Regionais do Trabalho (TRT), Fundacentro e governos municipais e estaduais;

- Garantir um sistema previdenciário que respeite os direitos constitucionais sociais dos trabalhadores e trabalhadoras adoecidos ou acidentados, com fiscalização e controle social das perícias médicas da Previdência Social e aplicação do NTEP (Nexo Técnico Epidemiológico), coibindo-se tratamentos desrespeitosos e afrontosos à dignidade das vítimas de acidentes e doenças do trabalho;
- Incluir e fortalecer a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) no SUS e na fiscalização do trabalho;
- Estabelecer uma rede de universidades e escolas técnicas que auxilie na formação de profissionais de saúde e segurança comprometidos com os reais interesses coletivos dos trabalhadores e das trabalhadoras;
- Democratizar os Serviços Especializados de Medicina e Segurança do Trabalho (Sesmt) das empresas, para que deixem de ser propriedades dos empresários e passem a ter controle social, e intensificar o combate à terceirização e pejetização, inclusive do Sesmt;
- Mais transparência, consciência e equidade por parte do Poder Judiciário na escolha e elaboração dos critérios norteadores da nomeação de peritos e peritas no caso das perícias judiciais;
- Valorizar o serviço público federal, estadual e municipal, realizando concursos sempre que necessário. Apesar dos concursos em andamento, há necessidade de fortalecimento da Fundacentro, com pesquisas, formação em SST e ampliação do corpo técnico, expansão do número de auditores fiscais do trabalho e realização de concurso para servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Divulgar a Lei 14.128/2021, que garante compensação financeira aos profissionais da saúde incapacitados por sua atuação durante a pandemia de Covid-19. Uma medida que também reconhece o direito das famílias daqueles que perderam a vida na linha de frente.

BASTA DE SOFRIMENTO E MORTE!

VIVA A VIDA!

Organizadores

O evento conta com a participação das seguintes instituições e pessoas públicas, que também assinam o Manifesto acima.

Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto – Abrea

Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - Abrastt

Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos de São Paulo

Banca Livraria dos Jornalistas Vladimir Herzog

Câmara Municipal de São Paulo

Canal da Praça

Cav Cursos

Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Centro Acadêmico Lupe Cotrim - PUC/SP

Centro Acadêmico Vladimir Herzog/Cásper Líbero

Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Guarulhos -
Cerest/Guarulhos

Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de São Paulo -
Cerest/SP

Coletivo Café sem Pauta

Coletivo Paulo Freire Zona Norte

Colibri & Associados Comunicações

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM

Conselho Intersindical de Saúde e Seguridade Social de Osasco e Região -
Cissor

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico -
Dieese/Subseção Comerciários de SP

Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos
Ambientes de Trabalho - Diesat

Escola da Cidade

Espaço da Cidadania

Federação dos Químicos e Farmacêuticos do Estado de São Paulo -
Fequimfar

Força Sindical

Força Sindical São Paulo

Fórum Acidentes de Trabalho - ForumAT

Fórum Nacional das Centrais Sindicais em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

Fotospublicas.com

Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro

Gerência Regional do Trabalho em Osasco - GRTE/Osasco

Instituto de Pesquisa, Formação e Difusão de Políticas Públicas e Sociais - IFPD

Instituto Elifas Andreato

Instituto Equipe de Cultura e Cidadania

Instituto Premier

Instituto Vladimir Herzog

Instituto Walter Leser - Fundação Escola de Sociologia e Política

Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas - IEEP

Jorge Luiz Ussier

Ministério Público do Trabalho - 2ª Região

Movimento Amplia AFT

Museu de Arte a Céu Aberto – CEU

Núcleo Semente – Saúde Mental e Direitos Humanos relacionados ao Trabalho, do Instituto Sedes Sapientiae

Oboré

Observatório do Trabalho e da Classe Trabalhadora (IEA/USP)

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/Subseção Osasco

Pastoral Operária do Estado de São Paulo

Rede de Trabalhadores e Trabalhadoras Populares de Saúde

Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo - Seac/SP

Núcleo Semente – Saúde Mental e Direitos Humanos relacionados ao Trabalho, do Instituto Sedes Sapientiae

Siemaco São Paulo – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo

Sindicato dos Advogados e Advogadas do Estado de São Paulo - Sasp

Sindicato dos Bancários de Jundiaí e Região

Sindicato dos Comerciários de São Paulo

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de Osasco e Região - Sueessor

Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região - Secor

Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Sindicato dos Ferroviários da Zona Sorocabana

Sindicato dos Gráficos de São Paulo

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo - SJSP

Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região

Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes

Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores de Transportes de Cargas de Osasco e Região - Simtratecor

Sindicato dos Professores de São Paulo - Sinpro/SP

Sindicato dos Químicos de São Paulo

Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo - Sintesp

Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados de Empresa de Telemarketing da Cidade de São Paulo e Grande São Paulo - Sinratel

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Sintaema

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo - Sindsep

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - SindSaúde-SP

Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo - SRTE/SP

União Geral dos Trabalhadores - UGT

Universidades - Taboão da Serra

Vereador Eliseu Gabriel